

## 2. O Território educa e politiza

### 2.1. Primeiras aproximações

O território de Barcarena revela a produção desigual do espaço social, como também expressa às singularidades dos atores sociais e o campo de disputa das forças sociais. O contato com a realidade de um dos segmentos sociais que constitui o território - as comunidades locais – permitiu a percepção de contradições e conflitos no município. Desse contato foram feitos registros da história do município e das transformações vividas no território sob o ponto de vista da CNV que passamos a descrever.

Em outubro de 2008, durante as aulas ministradas no curso de especialização em Gestão com Pessoas, realizado em Barcarena, promovido pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA), conhecemos Janilma Costa, vice-diretora da Escola São Francisco Xavier. Durante uma conversa informal, quando comentávamos sobre a pesquisa, ela mencionou que na escola em que trabalhava havia muitos alunos das comunidades do entorno e que essas comunidades tinham contato com as empresas de mineração em função de projetos sociais ou pelo fato de terem sido atingidas com suas instalações. Foi então que decidimos tomar a citada escola como porta de entrada para o campo.

Foi possível detectar nas conversas informais, que realmente a escola recebe alunos e pais das comunidades de Cabeceira Grande, Massarapó, Guajará da Serraria, AMA, Vai-quem-quer e Nova Vida. São comunidades “dos sítios”, “do interior”, “das colônias”, como são conhecidas pelos sujeitos da escola, formadas por pessoas, na sua maioria, originárias do local, ligadas ao costume, às tradições e aos modos de vida da zona rural que ainda são muito fortes, passando por muitas dificuldades, como: habitação (casas humildes próximas aos igarapés, outras são casas sem proteção, tendo muitos sujeitos), saúde (não tem posto de saúde) e educação. Suas escolas são multisseriadas com aulas irregulares, que ficaram interrompidas por muito tempo, devido à falta de transporte para o professor leigo, que “faz tudo” (parte administrativa e escolar). E em muitas comunidades não há energia elétrica.

Os pais trabalham e vivem da agricultura, alguns são ex-pescadores, produzem farinha e tapioca, plantam abacaxi, colhem açaí para comercializar nas

feiras. O transporte dos produtos é um dos problemas enfrentados na comercialização dos produtos, dificultando o contato dos produtores com a sede do município. Mas o desemprego é visível para jovens e adultos que não querem continuar nessas atividades (seja por causa do baixo rendimento ou por entender que são atividades rudimentares de muito sacrifício) e buscam outros meios de vida, alguns não conseguem se adaptar às dinâmicas do mercado de trabalho, concentrado nas empresas de mineração, nas prestadoras de serviços e no serviço público, o que leva as pessoas a optarem por atividades autônomas (“bicos”, “pontas”). Essas comunidades estão localizadas no meio da floresta, cortadas por estradas e a entrada para suas casas é de difícil acesso: “(...) nas comunidades existem caminhos de mato para ter acesso às casas” 1. O rio São Francisco faz parte dessas comunidades e junto com os sítios e a floresta compõem seu cenário de vida e afirma sua cultura da terra, dos rios, da mata, além de compor suas territorialidades. Seus territórios estão sendo visados por grupos de famílias migrantes, que vêem em Barcarena uma oportunidade de trabalho devido à presença de muitas empresas na região.

Diante das informações preliminares, percebemos que a CNV era considerada como uma das maiores e mais antigas comunidades da região. E este fato, lhe confere uma força, que é a resistência, pois, mesmo diante de algumas desistências de moradores, mudança econômica, deslocamentos compulsórios, ela mantém núcleos de parentescos com gerações dos anos de 1870 e que explica a permanência dos moradores no contexto da comunidade.

A CNV, por sua história, por ter vivenciado dois deslocamentos compulsórios, por ter tido experiências de negociação e enfrentamento junto às empresas mineradoras é um exemplo emblemático deste processo e que merece ser estudado. Trata-se de uma comunidade de pescadores e pequenos agricultores, que resistiram aos movimentos de deslocamentos, apesar das contradições, dos fluxos e refluxos, vem se organizando e mobilizando para continuar existindo enquanto comunidade. Isso fez com que a CNV se destacasse dentre as outras comunidades, pois sua situação social revela a importância das

---

1 Fala de uma professora sobre o projeto Escola na Comunidade em que um grupo de professores visita às famílias, conversa com seus membros ocorrendo a interação com os modos de vida local, ao mesmo tempo em que a escola conversa com os pais sobre o trabalho desenvolvido.

suas formas de organização coletiva e das práticas educativas inerentes a elas, muito comum na(s) Amazônia(s).

Trata-se da “Amazônia dos rios” (SAYAGO et al, 2004) e da forma de ocupação rio-floresta, da “ribeiridade” que ordena o mundo social e cultural em torno da relação terra (agricultura) e água (pesca), que cria sistema de valores, códigos e significados da vida sócio-cultural dos moradores (FURTADO 1987 e 1993). Para os moradores da CNV, esse mundo social ribeirinho tem um significado histórico e afetivo, pois são oriundos da Montanha<sup>2</sup> e lá o rio Tocantins comandava a vida dos ribeirinhos (adaptado de TOCANTINS, 1988). Eles eram pescadores profissionais (associados e registrados), dominam as técnicas de pescar, fazem a leitura do mar e do vento e conhecem os atalhos e as estratégias de entrar e sair do rio e do alto mar, quando a pesca ocorria fora da Baía do Marajó. O rio também era espaço de brincadeira para as crianças e lazer para os adultos. Todos esses elementos fazem parte da cultura dos povos das águas com a sua riqueza de símbolos, forma de viver e se relacionar com a natureza. O território, assim, é abrigo, espaço vivido, mundo concreto, um contínuo entre dominação (político-econômico) e apropriação (simbólico-cultural) do espaço social, como sugere Costa (2004). Neste sentido, o território também educa na medida em que forma subjetividade, valores e identidades, criam sociabilidades, gera a compreensão do mundo, todas materializadas nas territorialidades que são “relações sociais que produzem historicamente cada território” (SAQUET, 2009, p. 74). A simultaneidade envolvendo território, cultura e práticas educativas têm nos homens e mulheres em ação no cotidiano vivido e construído no espaço social, a sua maior apreensão e representação.

O advento da “Amazônia das estradas” (infra-estrutura regional e avanço das colônias agrícolas na fronteira - 1950) apontou a floresta como capital natural para gerar renda, pois “a terra é barata e a natureza é farta” (SAYAGO et al, 2004). Na simultaneidade das fases que se sucedem e interpenetram, complementam-se Amazônia dos rios e Amazônia das estradas pela ampliação do mercado, incremento das técnicas de produção, mudanças no transporte e disputas políticas em torno da biodiversidade. Ainda com Sayago et al (2004), verifica-se

---

<sup>2</sup> Essa foi à primeira denominação da Comunidade Nova Vida. Os seus sujeitos mencionam muito essa expressão, extremamente forte em suas memórias. Apesar de também se referirem a ela como Ponta da Montanha, optamos por adotar a expressão Montanha, pois é a mais recorrente nos depoimentos, entrevistas, conversas e documentos.

que, do conjunto dessas situações surge a “Amazônia das regiões” (configuração geopolítica e formação de novos estados e municípios – 1980) com foco no planejamento regional, tendo como base o eixo do crescimento econômico, mediante a execução de planos nacionais de desenvolvimento, cuja representação ordenadora e interventora ocorreu pelo incentivo aos ciclos e cadeias produtivas integradas que privilegiaram atividades extrativas (madeira, pecuária, leite e soja), mineral (ouro, ferro, alumínio, bauxita, manganês, caulim e outros) e construção de hidrelétricas.

Mesmo diante da prioridade às questões econômico-produtivas, em detrimento dos aspectos sócio-culturais e ambientais da região, em todas essas fases, especialmente na última, é possível perceber a presença e atuação das organizações não governamentais (ONGs) e da formação de uma rede da sociedade civil organizada que se opuseram ao tipo de ocupação na região. A organização dessa rede pautou debates, cujos temas centrais foram os crimes ambientais, demarcação das terras indígenas, denúncias de trabalho escravo, impactos sócio-ambientais, biopirataria, conflitos entre modelos de sustentabilidade e a situação das populações nativas da região que são subalternizadas, deslocadas e que lutam para que as políticas públicas atendam também seus interesses.

As frentes de expansão e ocupação urbano-industrial, alvo central da atuação de resistência das organizações sociais, foram orientadas por um ordenamento territorial derivado da intervenção técnico-econômica promovida pelo governo federal e empresas privadas, havendo uma alteração significativa na relação das comunidades locais com seu habitat que fora historicamente construído. Essas comunidades foram consideradas inexistentes, sem vida e empecilho ao desenvolvimento (OLIVEIRA, 2004 e LOUREIRO, 2002), justificando porque são subalternizadas e consideradas como atrasadas, sem futuro, uma contradição ao avanço da “modernidade” na região<sup>3</sup>. Por isso, estudar comunidades locais na Amazônia que foram remanejadas implica em trazer à tona outra história mediante a memória social e coletiva dos seus sujeitos, dando

---

<sup>3</sup> Esta idéia de que as populações miscigenadas e indígenas da Amazônia são um empecílio para o “desenvolvimento” da região vem de longa data. Já no início da República, esta representação fazia parte dos discursos de grandes personalidades nacionais como José Veríssimo (1887) e Euclides da Cunha (1909a, 1909b).

visibilidade a esta questão social e, ao mesmo tempo, compreender as pautas de reivindicação associada a este processo.

As abordagens antropológicas e sociológicas deste processo regional serão importantes para a compreensão das práticas sócio-educativas da CNV no contexto de disputa territorial e ampliação da ação empresarial em Barcarena. Neste sentido, o caso da CNV é emblemático. A instalação da empresa PPSA na área de atuação da comunidade em 1992 obrigou os seus moradores a desocuparem o território, onde estão registradas suas memórias e redes sociais: de vizinhança, de troca econômica, de parentesco. A escolha desse território se deu exatamente pela localização estratégica que facilita o escoamento da produção de caulim pelo rio Pará em função da sua profundidade e proximidade com o Porto de Vila do Conde. A retirada da comunidade da área foi negociada com um grupo de funcionários da empresa que, após três meses de negociação, chegaram a um acordo. Essa e outras negociações, conquistas, resistências e perdas foram marcadas pela mobilização e organização coletiva da comunidade, com o apoio de mediadores como: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barcarena, Curso de Serviço Social da UFPA e Comissão Pastoral da Terra.

Com base nas fases de deslocamento da Comunidade Nova Vida, que correspondem às denominações pelas quais passou, foi possível montar um quadro de situações que revela os principais “espaços” pedagógicos que foram se constituindo com as dinâmicas territoriais em mudança, tendo impactos sobre as práticas educativas daquelas populações locais. Com essa perspectiva, será destacado, em cada fase, a relação comunidade, território e ensino/aprendizagem. O quadro de situações, apresentado em seguida, delimita o campo empírico e anuncia os espaços pedagógicos que emergem e suas práticas educativas.

<b>Etapa</b>	<b>Base material</b>	<b>Formas de organização social</b>	<b>Espaço pedagógico</b>	<b>Agências</b>	<b>Agentes</b>	<b>Agenciamentos</b>	<b>Saberes das Experiências</b>
Montanha (Até 1993)	Agricultura e pesca de subsistência	Organização com base no parentesco, com 10 núcleos residenciais, regidos pela liderança do Sr. Teté de caráter tradicional, que também ocupou o cargo de primeiro presidente da Associação de Moradores da Comunidade da Montanha, contando com os primeiros contatos com a rede de apoio do STRB, CPT e Projeto de Extensão da UFPA	Roça e pesca Formação na Associação Reuniões de negociação com a empresa Cultos Ensaaios do Grupo Teatral	Família Associação de Moradores da Montanha PPSA Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Montanha Escola da Montanha	Pais, mães, jovens e crianças Adultos da comunidade Geólogo e assistente social da empresa Dirigentes e Assistentes Pessoas voluntárias e professor Professores, voluntários e serventes	Modos de viver, relacionar e trabalhar com a terra, mata e água Compreensão da mobilização para disputa do território Relacionar a dimensão divina com a realidade da comunidade Desenvolvimento de atividades culturais Alfabetização de crianças e adolescentes Despertar a comunidade para a vontade de conhecer	Saberes da natureza Saber mobilizar e resistir Saber respeitar as tradições Saber ser “igual ao próximo” Saber cantar e falar em público Saber representar Saber conhecer as letras Saber ler Saber escrever Saber da importância de estudar

Quadro 1 – Base material, organização social, espaço pedagógico, agências, agentes, agenciamento e saberes das experiências da Montanha (até 1993)

<b>Etapa</b>	<b>Base material</b>	<b>Formas de organização social</b>	<b>Espaço pedagógico</b>	<b>Agências</b>	<b>Agentes</b>	<b>Agenciamentos</b>	<b>Saberes das Experiências</b>
Curupéré (1994-2004)	Agricultura de subsistência Trabalho em projetos agrícolas Empregado de empresas (mineração, metalúrgica e manutenção)	Organização associativa e sindical, com lideranças politizadas, que conduziam processos de diálogos e discussão. Houve mudança nas lideranças e intensificação da presença dos mediadores	Reuniões de negociação com a empresa Cursos Técnicos Cultos Reuniões em grupo Ensaio do Grupo Teatral Local das aulas para crianças e adolescentes Local para os cursos para os adultos (alfabetização e cursos técnicos) Reunião com os pais Palestras educativas	Associação de Moradores da Montanha PPSA STRB CPT Projeto de Extensão da UFPA SENAR Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Nova Canã Escola da Montanha	Pais, mães e jovens Técnicos da empresa Dirigentes sindicais e representante da CPT Professoras e estudantes da UFPA Técnicos agrícolas do SENAR Dirigentes e Assistentes Professor e servente	Reivindicação do cumprimento do acordo e formação de outras lideranças Otimizar o uso da terra para plantio e maior produtividade Assumi a direção em orientar a comunidade para viver sempre em comunhão com Deus Agregar as pessoas em situações de conflito da comunidade Busca integração com a comunidade e foi resultado da força de mobilização dos membros Introduz a necessidade da qualificação das pessoas	Saberes políticos Saberes agrícolas Saber liderar com pessoas Saber reconhecer o erro Saber cantar e falar em público Saber representar Saber valorizar a escola Saber ter conduta diante de problemas Saber com mais aprofundamento valorizar a harmonia com a natureza Saber se comunicar com outras comunidades

Quadro 2 – Base material, organização social, espaço pedagógico, agências, agentes, agenciamento e saberes das experiências de Curupéré (1994)

<b>Etapa</b>	<b>Base material</b>	<b>Organização social</b>	<b>Espaço pedagógico</b>	<b>Agências</b>	<b>Agentes</b>	<b>Agenciamentos</b>	<b>Saberes</b>
Nova Vida (desde 2004)	Trabalho nas cidades e núcleos vizinhos Professores em escola de cooperativa Empregado de empresa (mineração, metalúrgica e manutenção)	Organização comunitária e associativa, tendo maior autonomia na decisão e experimentando a liderança mais jovem da comunidade e uma autonomia da comunidade em relação aos mediadores	Cooperativa Trilha Ecológica São Bento Cultos Reuniões de jovens Ensaio do Grupo Teatral Aulas Reunião com os pais Trilha ecológica	Associação dos Moradores de Nova Vida PPSA SENAR Igreja Escola Nova Vida	Pais, mães e jovens Técnicos da empresa Técnicos agrícolas do SENAR Dirigentes e Assistentes Professores e Serventes	Buscar novas formas de trabalho nas cooperativas Aproveitamento do potencial ambiental para turismo comunitário A visão política da Igreja causa impacto para os membros, provocando divisão interna na Igreja. Responsável pelo reagrupamento dos membros dissidentes da comunidade que haviam saído da comunidade Incentivo às pessoas jovens e adultas a voltarem estudar, promovendo cultos dos estudantes Contato com as novas tecnologias advindas com a instalação de computador na escola Orientação para o convívio social nas diferenças Orientação preventivas sobre as drogas na comunidade Trabalho com os pais para colaborarem no estímulo às crianças para estudar Apresentação do debate do meio ambiente na comunidade	Saber trabalhar em cooperativa Saber ser trilheiro Saber decidir o papel na comunidade Saber valorizar os estudos da comunidade e da igreja Saber lidar com o conflito Saber lidar com novas tecnologias Saber conviver na diferença Saber aproveitar o entusiasmo das crianças Saber qualificar o diálogo entre pais e filhos Saber disseminar a cultura da preservação

Quadro 3 – Base material, organização social, espaço pedagógico, agentes, agenciamento e saberes das experiências da CNV (desde 2004)

Acompanhar a trajetória dos moradores de uma comunidade nas suas relações sociais em processo de dinâmica territorial permite perceber a dimensão pedagógica existente nos aspectos sócio-culturais e políticos do cotidiano social, com suas contradições e mudanças. Segundo Gohn (2005a e 2005b), há pelo menos quatro dimensões que podem ser consideradas como pedagógicas para a formação: atuação prática para comunidade; aprendizagem política dos direitos; qualificação para o trabalho e a educação para a vida social.

Outra importante discussão proveniente do quadro de situações refere-se à triangulação agência, agentes e agenciamentos na cena da territorialidade que tecem os fios da sociabilidade educativa. Essa triangulação marca a composição dos conceitos que são produtos da mediação (MONTEIRO, ARRUTI e POMPA, 2007). Apreendê-los na cena da territorialidade significa encontrar os fios que tecem a cena do consenso ou do confronto e como são significados. Duas explicações merecem ser feitas. A primeira diz respeito à tentativa da distinção entre essas dimensões que tem um caráter de apresentação didática e não de limite, pois é exatamente a interdependência entre elas, que é a essência do processo intercultural. A segunda explicação se refere a uma estratégia analítica: ter o campo da significação da territorialidade como apreensão a ser agenciada é resultante da razão desta significação ser detentora dos discursos socialmente produzidos e carregados de significações histórico-sociais. Essas explicações são nossas percepções para melhor compreender o debate, especialmente a segunda explicação, que é algo ainda em análise.

A cena social, na perspectiva da mediação cultural, tem na agência o espaço da apreensão dos sentidos e significados. A agência corresponde a “toda interconexão de diversidades [que] exige um trabalho de significação promovido por agentes em relação” (MONTEIRO, ARRUTI e POMPA, 2007). Daí se constitui a encenação (materialização das identidades), que para os autores, significa e “corporifica posições de mediação que resultam do cruzamento, no espaço social e em um determinado tempo, de um tipo particular de trajetórias a uma série de enunciados” (idem). Os agentes, por sua vez, são “produtos resultante da relação entre uma posição social e uma visão de mundo”. O agente é o “produtor e mediador das diferenças”. E o agenciamento é o “modo de percepção e apreciação das diferenças” (idem), tendo como responsáveis os

“princípios lógicos e práticos das ações simbólico-rituais”, por essa via que se agenciam as categorias sociais de visão e divisão do mundo.

O território é a cena social. A territorialidade é o agenciamento. Empresa e comunidade têm um olhar próprio sobre a territorialidade porque a construíram de acordo com os interesses particulares. Os arranjos territoriais da empresa têm correspondência nas dimensões econômicas, políticas e simbólicas, que constituem as formas de uso do território. O conteúdo técnico dos padrões de produção e a regulação capitalista presentes nessa cena também se refletem no conteúdo das ações políticas que participam do ordenamento territorial em transformação. A sua dinâmica e funcionalidade geram conflitos, inflexões da territorialidade, refletidas nos impactos sócio-ambientais, concentração fundiária, desigualdades sociais, luta pelo reconhecimento dos povos da floresta. Esta cena é compartilhada com outros agentes: as comunidades locais. Detentoras de um patrimônio sócio-cultural centrado no saber local, estas comunidades também criam a sua territorialidade a partir da relação com o espaço, articulando saberes próprios, patrimônios materiais e simbólicos. O sentido desse patrimônio é compartilhado no coletivo e possuem uma dimensão social e cultural, nitidamente presente nos processos organizacionais e na atribuição de responsabilidades sociais, aspectos potenciais da sociabilidade educativa.

O encontro destes agentes (empresa e comunidade) no território é marcado pelo contato entre culturas diferentes que revela o seguinte: de um lado, os valores culturais etnocêntricos (ideologia da modernização) de empresas transnacionais e, de outro lado, os valores culturais da floresta (cultura vivida), representando as comunidades locais. O encontro dessas diferentes culturas não revela apenas dimensões sócio-produtivas, mas especialmente, representações simbólicas do que é produzido pelas relações concretas de contato. Certamente, revela também o jogo das relações de poder e redes políticas que integram esta dinâmica territorial sobre a qual se comunicam e se expressam em códigos construídos coletivamente. Isso mostra que o território é convenção e confrontação e que ele se movimenta e se fixa. A situação social e histórica do encontro de diferentes culturas provoca a produção de significados e representações e a mediação cultural tem a tarefa de compreendê-los na cena de novas territorialidades e movimento de confronto e convergência de interesses em situação.

## 2.2. Entrando em campo

O trabalho de campo inicia na Escola São Francisco Xavier. Foi o contato com a escola que nos permitiu conhecer a CNV. Portanto, foi com a pesquisa exploratória na escola que tomamos conhecimento da comunidade. As conversas informais na Escola São Francisco Xavier, articuladas pela vice-diretora da escola, iniciaram no dia 02 de dezembro de 2008. A estratégia era chegar às comunidades pela escola: promover conversas com o intuito de obter informações sobre as mesmas e identificar elementos para eleger a comunidade, que retratasse a realidade social desse segmento diante das dinâmicas de expansão mineral em Barcarena. Conversamos com oito pessoas (diretora, vice-diretora, ex-diretora, três professoras, uma assistente social e uma funcionária), sempre buscando conhecer, pelo trabalho delas, o que percebiam das comunidades através dos alunos e de seus pais.

Durante as visitas, que duravam seis horas em média, fomos sempre bem recebidos e já tínhamos uma entrada facilitada pela apresentação feita por Janilma, nossa anfitriã. Inicialmente apresentávamos a pesquisa, esclarecendo de imediato que a mesma não era sobre a escola, mas sobre as comunidades, suas práticas educativas instituídas em seus modos de vida. Com comentários favoráveis sobre a pesquisa, os informantes manifestaram opiniões no sentido de ser necessário conhecer essas comunidades, a fim de nos aproximarmos mais de suas realidades. Era inevitável, nas falas, vir à tona os problemas, os projetos e as atividades da escola. Com uma escuta atenta, tínhamos o cuidado de não interrompê-las, pois sentimos que gostavam de falar e falavam dando ênfase ao trabalho realizado na escola. Quando possível, reforçávamos o objetivo para retomar ao foco inicial. Foram conversas ricas de informações que, somadas a questionamentos feitos, proporcionaram uma descrição preliminar das comunidades e levantamento das primeiras reflexões sobre a complexidade social na qual aqueles encontravam-se imersos. E o mais importante: o contato com Miquéias, o testemunho-chave da pesquisa.

Miquéias Fernandes Rodrigues<sup>4</sup>, 28 anos, é um dos membros CNV, é filho da terceira geração da família Rodrigues que, na época do contato inicial,

---

<sup>4</sup> A exposição do nome dos integrantes da Comunidade Nova Vida, ao longo deste texto, foi uma decisão discutida e aprovada por unanimidade.

estudava na Escola de São Francisco como aluno da EJA (Educação de Jovens e Adultos), cursando a última etapa do ensino médio. Conhecemos Miquéias por intermédio do pessoal da escola que por três vezes, em conversas separadas mencionaram seu nome nas entrevistas. Ele foi lembrado por ser um dos alunos referência da escola e pela história da sua comunidade. No contato inicial, Miquéias fez alguns comentários importantes e nos relatou fatos bem interessantes. Foi pescador por muito tempo, depois trabalhou em uma metalúrgica e não conseguindo se adaptar passou a ser jardineiro e limpador de quintais – sua atual ocupação. Para ele: “filhos da terra não tem cargo importante nas empresas, só para os piores serviços”, o que revela a incompatibilidade da formação original com a formação qualificada exigida pelas empresas. Por isso, relatou: “deixo o trabalho às 17h30min e tenho meia hora para me arrumar e tomar banho e pegar o ônibus e vir pra escola”. Falou da trajetória da sua comunidade que foram remanejada duas vezes, vivendo muitos acontecimentos que marcaram política e emocionalmente a vida dos seus sujeitos.

Tomamos conhecimento dessas informações nas conversas na escola, mas com Miquéias elas emergem de outra maneira: vem daquele que fala com mais propriedade, porque faz parte da sua história. Por isso, que alguns momentos o silêncio também era uma forma de falar da sua história, da sua vida, da sua comunidade. Continuando a conversa, Miquéias (2008a) destacou:

É preciso valorizar os momentos da vida. É preciso nos dedicarmos mais e nos esforçarmos mais em nossos projetos. Os meus pais não conseguiram chegar a nenhum lugar, mas conseguiram me repassar uma educação.

Neste momento, ficou claro que esta história poderia ser aprofundada, problematizando-a a partir dos deslocamentos, pois com eles a comunidade aprendeu e vem ressignificando esse aprendizado.

Chegamos à CNV no dia 19 de dezembro de 2008. Fomos de van do Porto de Barcarena à estrada de integração (PA 481). Quando descemos da van, observamos um ponto de ônibus e as grandes árvores, arbustos, matos que acompanham o percurso da estrada que corta a entrada. A comunidade é ladeada por grandes extensões de árvores e arbustos como àquelas encontradas na estrada. Deparamo-nos, de início, com um grande silêncio, sensação de que não havia ninguém. Éramos algumas vezes surpreendidos com o barulho dos carros que passavam pela estrada, que já estava longe. Também havia uma música que vinha

da igreja evangélica da comunidade (Assembléia de Deus) que ganhava altura em função da grande área existente.

É possível, logo no início da comunidade, perceber a placa “Trilha Ecológica de São Bento” que aponta o caminho de chão batido com áreas de floresta nas laterais, para chegar às casas dos moradores. As 23 casas construídas do lado esquerdo são, na sua maioria, de alvenaria, feitas de tijolos e cimento, com pequenos compartimentos e traços simples. Os quintais são grandes, com muitas árvores frutíferas, e acabam atravessando as outras casas, parecendo um único quintal. Nos quintais há, em alguns casos, fogão à lenha, mesas compridas rodeadas por cadeiras e bancos feitos de madeira, o que favorece as relações de vizinhança, os agrupamentos diversos, visitas constantes e trocas permanentes, de alimentos e objetos.

Primeiro conhecemos a família do Miquéias. Fomos apresentados a todos que lá estavam - pais, os irmãos e cunhados- e, de imediato, as conversas e as trocas de informações foram acontecendo, favorecendo a apresentação da pesquisa. Nesse momento, fomos notificados que outras pessoas já haviam visitado à comunidade. Aproveitamos para perguntar se poderíamos realizar a pesquisa sobre a mesma, o que implicaria em estar fazendo visitas, observando o cotidiano, realizando entrevistas, procurando conhecer as pessoas e suas histórias. A resposta do Sr. Teté, pai do Miquéias, foi a seguinte: “Professor<sup>5</sup>, fique à vontade, para nós é um prazer e no que a gente puder ajudar, é só contar”.

### 2.3. Breve histórico da Comunidade

A Comunidade Nova Vida (CNV), composta de pescadores, pequenos produtores, autônomos, mulheres, jovens e crianças, e há cinco anos fica localizada à margem da PA 481, Km 6, oriunda de dois processos de

---

<sup>5</sup> A denominação professor foi uma vez sutilmente questionada ao Miquéias, tentando deixá-lo à vontade para nos chamar pelo nome e podendo transmitir esse tratamento para os demais sujeitos. Sua explicação foi de que não conseguia nos tratar pelo nome em decorrência da forma como foram educados. Então, resolvi não insistir. Resultado: somos conhecidos na comunidade como Professor. E isso, no início, nos preocupava, pois achávamos que poderia nos afastar das pessoas. Com o passar do tempo, percebemos que não, talvez tenhamos construído uma relação de confiança com a comunidade. Como refletiu Malinowski (1980), na entrada do campo há um período de aceitação e de empatia do observador com os outros, em que se deve saber fazer uso dos fatos *imponderáveis* para se conseguir ser aceito. Ao entrar em campo, o observador passa por um rito de passagem, aonde irá até se redescobrir.

deslocamento compulsório, em decorrência das dinâmicas de expansão industrial no município de Barcarena.

A população da CNV totaliza 136 pessoas, sendo 45 crianças, 20 adolescentes, 32 jovens, 33 adultos e seis idosos. São parentes de primeiro, segundo e terceiro graus, formando quase a 5ª geração de uma família. Parte da população ocupa-se da pequena produção agrícola, pesca e atividades específicas, como costurar; parte de funções junto às empresas de mineração ou prestadoras de serviços; e uma terceira, que já não está na ativa, composta de aposentados e pensionistas. Sua história não começa exatamente neste lugar em que estão hoje. Eles são remanescentes da Montanha<sup>6</sup>, primeira denominação da comunidade localizada às margens do Rio Pará, próximo à Praia Grande. Essa localização proporcionava uma rica e proveitosa relação com a fauna, flora, rios e sítios, ou seja, o ecossistema. Oriundos dos índios Mortiguras e Aruãs, sabiam “lidar com a floresta”. O grupo de famílias da Montanha tinha entre suas atividades principais a pesca, a roça, a mandioca, a farinha e a produção de carvão. As casas eram de madeira com chão de barro, construídas próximas às árvores frutíferas. Essas árvores eram conservadas, porque produziam alimentos diversos e tinham seu entorno sempre limpo, sendo cuidadas constantemente. O lazer era o rio, a brisa e o vento, chamavam atenção pela tranquilidade. A CNV guarda lembranças significativas deste território, lembranças de uma história construída coletivamente. No território da Montanha se constituiu a identidade social, histórica e cultural da CNV.

Depois dessa fase inicial, o grupo de famílias da Montanha passou por dois deslocamentos compulsórios que marcaram a sua trajetória enquanto comunidade remanejada, ao mesmo tempo, que justificaram as mudanças nas suas denominações, são elas: grupo de famílias da Montanha, Comunidade do Curuperé<sup>7</sup> e Comunidade Nova Vida. As três denominações refletem o processo sócio-histórico de uma comunidade de pescadores e pequenos agricultores da Amazônia, que resistiram para continuarem existindo enquanto comunidade ligada à floresta. Portanto, entender a história da comunidade é conhecer esses

---

<sup>6</sup> A origem do nome é em função do lugar ter uma elevação de 14 metros de altura, o que o destacava de outros espaços, tendo uma visão privilegiada da Ilha do Marajó, mas que também dificultava o acesso à comunidade.

<sup>7</sup> A denominação inicial dada pela comunidade, foi Nova Canaã, mas com o passar do tempo foi sendo substituída por Curuperé, por ser a mais conhecida e é a forma como os sujeitos da Comunidade, emocionalmente, se referem a ela.

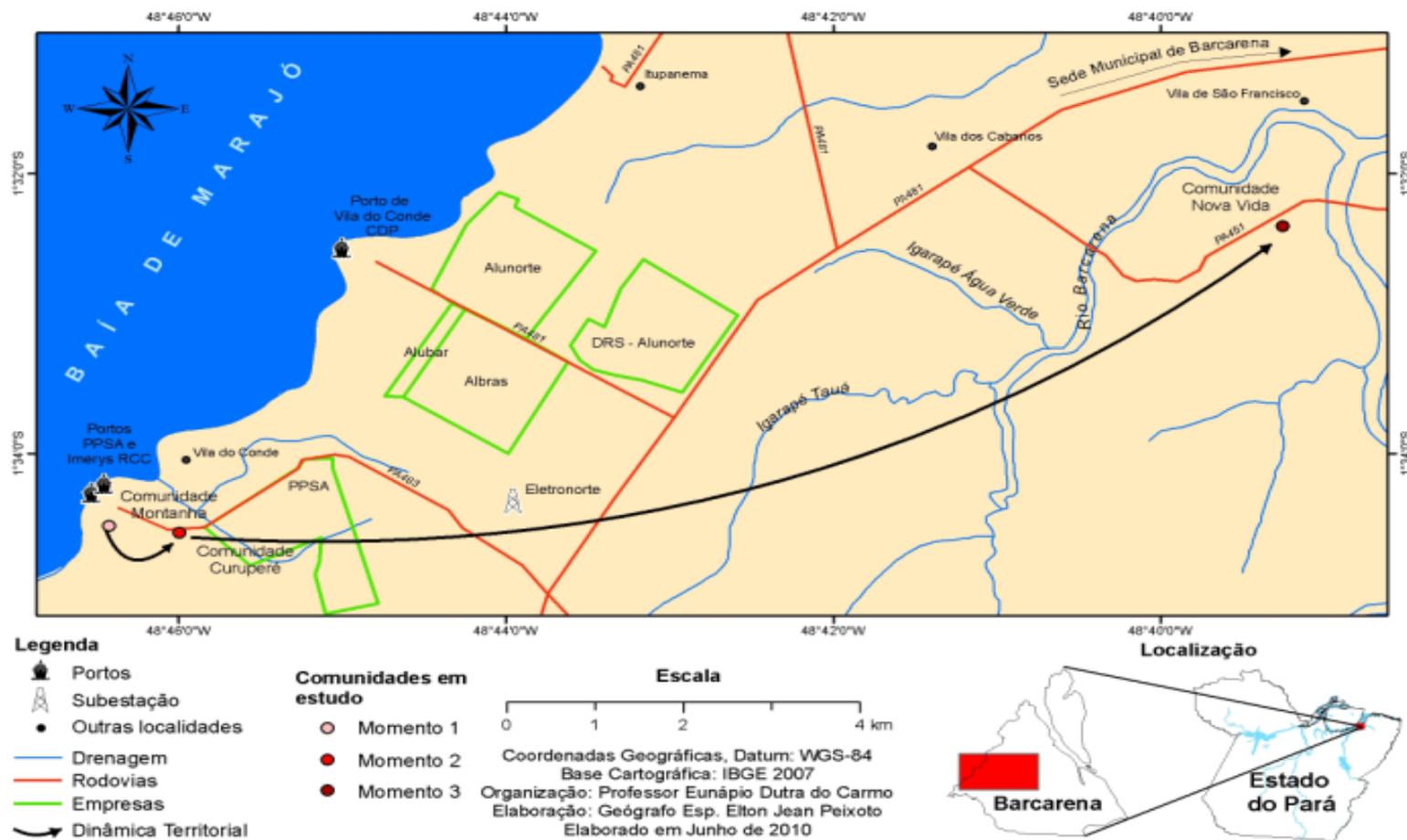
processos, percebendo suas dinâmicas sociais que com elas foram tecidas e forjadas em processos histórico-sociais intensos, contraditórios e de muitos significados, daí a importância dos nomes atribuídos à comunidade, pois representam a expressão de situações, de histórias e de memórias sociais. Em linhas bem gerais, sintetizamos:

- Montanha (até 1993): início da comunidade, quando o lugar (paraíso, na percepção de muitos moradores) era em um elevado, parecendo o alto de uma montanha, e que tinha o rio como a praia, lazer, trabalho e cultura;

- Curupeté (1993 a 2003): comunidade já existente que acolheu a comunidade remanejada da Montanha. Em Curupeté os deslocamentos da Montanha tiveram que reconstruir a vida; sem sua grande referência, o rio. Transformados em agricultores, e tendo que conviver com a poluição das empresas, os deslocados precisaram retomar as negociações;

- Nova Vida (desde 2004): denominação atual, após o segundo deslocamento oriundo de Curupeté, cultura e identidade já estão bastante transformadas. As representações são a de que é preciso começar de novo, mas dessa vez, como uma questão que a todos acompanha: será que é para sempre?

O mapa que segue revela a posição da Comunidade nos seus três movimentos intra-locais.



Mapa 1 – Localização das Comunidades

Fonte: Arquivo iconográfico da pesquisa ( CARMO e PEIXOTO, 2010)

O deslocamento compulsório e o desenraizamento social (MEDEIROS, 2009) impõem novas formas de organização coletiva à comunidade, diante dos processos de disputa de interesses, engendrando sociabilidades e dinâmicas políticas, que acabaram por resultar em práticas educativas ao promover o aprendizado de novas estratégias de reapropriação social, política e cultural do território. O mapa é revelador de movimentos intralocais que promoveram mudanças sócioespaciais e culturais significativas para a comunidade.

As setas indicativas no mapa e seus contornos, mais do que apontar a direção dos deslocamentos, apresentam nuances de uma dinâmica que tem a marca do vivido e do experimentado como prática social. O local do início do percurso da seta indica a posição da Montanha que ficava no “alto da ribanceira”, de frente para a Baía do Marajó. Nesse lugar, a brisa era uma marca significativa, que ligava o povo da Montanha aos ventos soprados do Atlântico distante. A mata fornecia produtos para subsistência aos moradores e a terra tinha um solo fértil para a roça, de responsabilidade das mulheres. A praia era o local da brincadeira para as crianças e de trabalho para os pescadores. Com a “água grande” era possível ver o mar<sup>8</sup>. A territorialidade da comunidade era marcada pela base familiar comunitária, pela agricultura de subsistência e pesca e pela forte rede de parentesco. Em Vila do Conde, ficava o comércio para as compras básicas como: açúcar, feijão, sal e bolacha.

A seta continua apontando o deslocamento para Curupeté (1993) que era distante 2 km da Montanha - primeiro deslocamento é marcado como momento de perda e sofrimento. Foi aberta uma estrada para favorecer o acesso entre a Montanha e à Comunidade de Curupeté. Esta segunda em condição física era mais difícil, a terra era pedregosa, dificultando a penetração das raízes e da água. Havia a derrubada das árvores nas matas para produção e comercialização de carvão, que era uma nova forma de ocupação. A proximidade com os rios Curupeté e Dendê não diminuía as dificuldades com a pesca, pois eram rios não piscosos, sendo necessário se deslocar por duas horas para pescar na antiga área. Foi construída uma ponte (Ponte do Rio Dendê) para facilitar o acesso à Vila do

---

<sup>8</sup> É curioso constatar nos relatos coletados nas entrevistas o quanto é viva na memória da comunidade a idéia de que o mar estava muito próximo da Montanha. Geograficamente, o Atlântico fica, de fato, muito distante da localidade. Talvez essa proximidade parecesse real no passado porque à época não existiam barreiras contra os deslocamentos de pescadores. Com a instalação fluvial de barcos na região se alterou inovando a distância entre a Baía de Marajó no meio, ainda maior.

Conde. A marca dessa nova fase era a proximidade das empresas (ALBRAS, ALUNORTE, PPSA e Imerys RCC) com uma possível mão de obra disponível, ainda que não qualificada. Nesse contexto de ligação entre indústria e força de trabalho que a Escola da Montanha foi construída na comunidade, ocupando um lugar de grande destaque. A proximidade das empresas inviabilizou a manutenção no lugar (área industrial, poluição das plantas e problemas de saúde), mobilizando a maioria das famílias da comunidade para mais um deslocamento - o segundo.

A seta indica que este segundo deslocamento (2003) que segue em direção à área mais urbano-industrial do município, ocupadas por longas estradas (PA 483 e PA 481), e pelo núcleo urbano de Vila dos Cabanos, além da proximidade da sede do município de Barcarena. Eram famílias recomeçando um novo processo de adaptação que já duram 17 anos. A mudança em comboio de caminhões, percorrendo os 20 km que separava Curuperé da CNV, permitiu duas visões: as “comunidades da beira de estrada”, que sobrevivem da venda de alimentos em pequenas cabanas improvisadas na beira da estrada; e a malha urbana, que suscitava uma grande expectativa em relação a emprego e trabalho autônomo. A Pousada do Rio – hotel turístico localizado próximo à CNV – é o ponto de referência da comunidade que tem na entrada uma estrada de pedra de chão batido aberta pelos tratores para acesso. Uma das ocupações dos moradores era quebrar pedras e vendê-las. O solo é muito acidentado e pedregoso, sendo mais apropriado o uso para o plantio de frutas cítricas. Ainda assim foram feitas muitas tentativas pelos moradores. A mata tem árvores muito altas e milenares e as famílias as conservam orgulhosamente. O vento é mais fraco em decorrência das árvores que dificultam a circulação. Apesar de não ter praia, a comunidade é cortada ao fundo pelo rio Mucuruçá, com uma extensão de 200 metros com 40 m de profundidade, de acordo com as informações dos pescadores. Há também o igarapé do Ladrão, que recebeu esse nome por “roubar” água do seu afluente (rio Mucuruçá), e servir de esconderijo para os últimos pequenos barcos de pesca. Completa o cenário do ecossistema, uma área de várzea para cultivo do açaí, que é usado para consumo interno. Aproveitando as condições naturais da comunidade, foi idealizada uma trilha ecológica – a Trilha São Bento - com o apoio técnico do SENAR, que formou jovens em guias de trilhas.

As dinâmicas territoriais modificam as relações sociais na medida em que desterritorializam processos sócio-políticos e culturais, dando origem a novas

territorialidades, que também implicam em reorganização dos modelos simbólicos e subjetivos que transformam as relações afetivas e históricas.

#### **2.4. Processos de territorialização como práticas educativas**

As formas de existência e a organização coletiva permitem entender a realidade histórico-social porque passou e passa a CNV, considerando as práticas sócio-culturais pensadas como práticas educativas. Com base nesta interação, a intenção é de analisar os espaços pedagógicos da comunidade, enquanto práticas educativas necessárias diante dos deslocamentos compulsórios promovidos pela expansão das empresas mineradoras em Barcarena, em especial da PPSA, buscando investigar os ajustes dessas práticas que são construídos no contexto das dinâmicas territoriais. A opção pelo objeto de estudo “práticas educativas”, além dos aspectos já antes mencionados, se dá em virtude da percepção que na relação empresa e comunidade muitos temas já foram estudados como: titulação da terra, impacto sócio-ambiental, projetos sociais, parcerias com as escolas, dentre outros.

Como “práticas educativas” consideramos as experiências vividas e tecidas no âmbito das relações sociais, que constituem as estratégias de convivência e o sentido do saber-fazer desse grupo gestado nos processos sociais da CNV. Estas práticas educativas não podem ser apreendidas de forma homogênea e unidimensional, pois os modos de vida da comunidade são produzidos por saberes, técnicas e experiências presentes nas diversas dinâmicas com o território, que identificam os seus moradores, organizam suas normas e regras, constroem suas formas de comunicação e os ensinou a viver no território por eles dominado e apropriado: o ecossistema amazônico com suas crenças, lições e invenções. Em função dessa complexidade, as práticas educativas são combinadas, contínuas, complementares e ressignificadas diante de um território em movimento, que garante o seu caráter processual-relacional, heterogêneo e multidimensional (SAQUET, 2009).

No ato de se apropriar e controlar o espaço, os sujeitos tornam o “território socialmente utilizado” (SANTOS, 2007, p. 24) e ao fazê-lo produzem cultura, compreendida por uma estreita relação com as práticas da vida cotidiana e também com as representações materiais, simbólicas e rituais historicamente reelaboradas. Na cultura são tecidas sociabilidades, memórias sociais e histórias

coletivas, além de assegurar identidade, valores e ideais de um grupo. Novamente com Santos (2007) verifica-se que no território há “afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado” (SANTOS, 1996, p. 16) e é desta confluência entre território e cultura que os sujeitos desenvolvem práticas educativas, aquelas que são inerentes ao processo de constituição do ser humano, no plano da sua formação subjetiva enquanto indivíduo e coletividade (FREIRE, 2000; BRANDÃO, 1989 e 2002; RODRIGUES, 2002; LEITÃO, 2004; GOHN, 2005; RIBEIRO, 2006) , no plano da produção de saberes e aprendizagens, fruto das trocas recíprocas de práticas, experiências sociais e (i) materiais desenvolvidas no território, como espaço vivido e idealizado pelos atores.

É nessa perspectiva que se entende a vida social da CNV. As formas de organização coletiva e práticas sócio-culturais e educativas são geradas e reinventadas a partir dos modos de viver e conviver, de produzir, de conhecer, de identificar-se como grupo social da floresta amazônica. Uma convergência desta reflexão é apresentada por Castro (1998a) quando discute os temas trabalho, organização social e biodiversidade na Amazônia. Analisa a autora:

A totalidade social que envolve a organização territorial e o processo de formação das populações locais na Amazônia tem associação direta com a maneira de relação e apropriação dos recursos da natureza. Os grupos sociais instalados no território amazônico têm no fazer ribeirinho e caboclo, o lugar de pertencimento. Sua racionalidade na forma de captar e gestar a floresta traduz-se em conhecimentos que são constituídos na dimensão material e imaterial em que os elementos são capturados na complexidade do ecossistema amazônico (CASTRO, 1998a, p.24).

No bojo das discussões sobre território (SAQUET, 2009; COSTA, 2002 e CASTRO, 1988b) e práticas sociais como educativas (FREIRE, 2000; BRANDÃO, 1989 e 2002; PESSOA, 1999; LEITÃO, 2004; GOHN, 2005; BATISTA, 2006 e 2007; OLIVEIRA, 2007) é central revelar nexos e fortes aproximações, sobretudo em se tratando da experiência empírica em Barcarena. Dentre as possibilidades, há uma perspectiva de análise adotada, resultante do encontro dessas discussões representadas em duas reflexões-síntese: (1) a de que a integração entre o contexto sócio-cultural e os sujeitos, perfazendo seus espaços de convivência social é condição vital para práticas educativas; (2) a de que as práticas educativas circunscrevem-se, manifestam-se, transformam-se no processo de intervenção social, política e cultural-simbólica dos sujeitos na realidade vivida, concreta e subjetivamente experienciada no tempo e no espaço, com suas

intencionalidades, contradições e interesses. A partir dessas reflexões-sínteses situamos o lugar em que se posiciona o debate em questão e como será operado na tese.

Em Leitão (2004) e Ribeiro (2006) os processos educativos são estudados em espaços plurais da sociedade. No caso da primeira, há uma tendência para que a formação seja baseada na concepção e valorização dos espaços dos sujeitos envolvidos. Nas palavras da autora:

A educação pode ser um espaço de integração e criação de novas formas de convívio e de sociabilidade, de um vasto campo de possibilidades de experiências, aprendizados, confrontos, confiança, afetos e sentidos, não só em relação ao que sabemos acumulado circulante, mas dom que podemos vir ser e, a saber, e do que precisamos exercitar para que consolidemos nossa autonomia (LEITÃO, 2004, p.35).

No enfoque interpretativo de Ribeiro (2006), a sua compreensão de educação tem uma forte relação com as práticas sociais. Assim concebe a autora:

Uma visão ampliada de educação abrange os processos formativos que se realizam nas práticas sociais relacionadas a diferentes manifestações de convivência humana que ocorrem na vida familiar, no trabalho, no lazer, na participação política e no aprendizado escolar (RIBEIRO, 2006).

As percepções de educação apresentadas nos remetem para uma primeira reflexão geral deste trabalho no que diz respeito ao entendimento de educação, que se desloca da escolarização (educação escolar). Oliveira (2007), no livro *Alternativas Emancipatórias de Currículo*, quando analisa a relação educação e emancipação social em diversos contextos sócio-políticos e culturais, aponta um pressuposto importante que situa a discussão: “a ampliação da noção [de currículo] para fora das práticas escolares, incorporando a idéia de que a vida cotidiana tem seus próprios currículos, expressos nos *processos sociais de aprendizagem* que permeiam todo o nosso estar no mundo e que nos constituem” (OLIVEIRA, 2007, p. 9, grifos nossos). A autora reforça que a convivência humana é um espaço de aprendizagem e as práticas da vida ensinam na medida em que toma-se consciência de si e do mundo.

Mas de que educação estamos falando? Nas comunidades locais da Amazônia se vai à escola para aprender a ler e escrever, especialmente em se tratando, na maioria dos casos, das escolas de ensino fundamental multisseriadas que funcionam nas vilas e comunidades. Estas escolas têm o importante papel de alfabetizar e de transmitir conhecimentos. No entanto, desde cedo, nessas

comunidades e vilas, se aprende com a experiência e conhecimentos desenvolvidos nas relações sociais, no modo de trabalhar e nas convivências de parentesco e vizinhança. O que se aprende? Aprende-se a viver, a organizar-se coletivamente, a produzir, a partilhar, a valorizar a natureza, a respeitar a tradição, a ler os códigos, a participar, a compreender o mundo, a formar a identidade, a lutar pelos direitos, a resistir diante da disputa, a escrever a sua história. São todas situações de aprendizagem que acontecem no próprio “gesto de fazer a coisa” (BRANDÃO, 1989, p. 18). Como Oliveira, Brandão realça a relação das situações de aprendizagem como convivência humana: “As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e-aprende” (BRANDÃO, 1989, p. 18). A dinâmica da aprendizagem envolve “o viver e a instrução sobre o viver” (PESSOA, 1999, p. 85) e não o deslocamento entre ambos, pois as experiências vividas e construídas no cotidiano, cultura de um grupo, são dimensões educativas que produzem saberes. A produção desse conhecimento se dá no ser e fazer, implicando, simultaneamente, na formação de valores e ideais, modos de ser e estar no mundo, como também na maneira de interferir e agir nele diante das circunstâncias. As práticas educativas são confrontadas diariamente com realidades novas, o que vem implicando em reelaborações, tanto no que toca às práticas cotidianas de sobrevivência, como aquelas de caráter político, sempre as entendendo como imbricadas num campo que envolve território - cultura - práticas educativas.

Na realidade representada pelo território amazônico, os sujeitos da experiência produzem os saberes da experiência. Na apreensão de Bondia (2007), o sujeito da experiência “é, sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos” (p. 24), caracterizado por sua receptividade, disponibilidade e abertura. Dessa reflexão relacional e do ambiente social se produz a experiência e os saberes, que se constroem na relação entre conhecimento e vida humana.

Avança o autor:

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos aconteceu, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular (...). O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo) (BONDIA, 2007, p. 27).

As experiências com o território são múltiplas. Costa (2007) concebe-as no plano da funcionalidade e expressividade. Esta condição permite inferir sobre como as formas que estão sendo construídas pelos seus sujeitos e contornadas por saberes e práticas sociais. O rio, a floresta, os quintais, as ribanceiras, “a estrada de mato”, os espaços, os deslocamentos e a forma material-simbólica-afetiva de produzir o território, de significá-lo, dando-lhe sentido e importância são manifestações de práticas sociais, de intencionalidades, “são rituais da cultura de um povo” (CLAVAL apud BATISTA, 2007, p. 4). Nessa perspectiva é da cultura que se faz experiência, centrando a reflexão. No território, cultura é modo de viver, de compartilhar conhecimentos e valores, de produzir, de compreender o mundo, de participar, de identificar-se enquanto grupo social, correspondendo, nas palavras de Geertz (1989), um sistema organizado de símbolos e significados significantes. A cultura conduz as formas de interação, cuja experiência é compartilhada no grupo. A experiência, nesse caso, refere-se ao aprendizado e à cultura como necessidade de simbolizar as práticas sociais, formando identidades.

A cultura produz saberes na experiência porque “o conhecimento produzido, acumulado e comunicado, é a fonte do aprendizado e da socialização de novos sujeitos” (PESSOA, 1999, p. 85). A produção e a interpretação dos conhecimentos dos grupos se diferenciam pela cultura. No âmbito do território, é fundamental perceber as multiterritorialidades que são marcadas pelas diferenças na forma de conceber o território (COSTA, 2007). Julgado pelos interesses presentes, a disputa pelo território é um indicador das relações de poder, que é pressuposto do domínio e da apropriação do espaço social. Aí também se faz cultura, se aprende e se desenvolve outras experiências.

O cenário deste trabalho é o território. Nele, as práticas educativas traduzem-se em saberes da experiência. Trata-se da cultura gestada no território, de um saber territorializado, de uma visão ampliada do conceito de educação que seja capaz de dialogar com as nuances, que emergem e são construídas no âmbito das relações sociais. Portanto, o território educa, pois sua apropriação e domínio pressupõe racionalidades, saberes, culturas e relações políticas, fenômenos que se entrecruzam e garantem a reprodução da vida humana. Nesta direção, o território é um *continuum* entre dominação/apropriação, funcionalidade/simbólico-cultural, recurso/identidade, valor de troca/valor de uso (COSTA 2005 e 2007). Conforme

Costa (2005 e 2007) estes aspectos se complementam; são estados intimamente ligados e interdependentes que se auto-influenciam e se combinam. O autor adverte para a necessidade da superação da visão dicotômica que apressadamente pode ser mais privilegiada, sugerindo a “historicidade do território, sua variação conforme o contexto geográfico” (COSTA, 2005).

Há dimensões importantes sobre o território, as quais acompanham a descrição e a contextualização do objeto práticas sócio-educativas em processos de deslocamentos de comunidades locais. As dimensões em questão são econômica, social e simbólico-cultural (COSTA, 2007), que dão conta do conjunto de percepções que se materializam em comunidades na Amazônia. Em todas essas dimensões, o território é entendido como abrigo e é determinado pelos sujeitos que, com suas ações, dão conteúdo de existência ao espaço.

O diverso uso do espaço suscita perspectivas diversas na sua utilização e muitas possibilidades, fazendo operar as disputas por um espaço que é finito. Neste contexto, territórios são disputados e, por conseguinte, acirram-se os interesses pelo espaço em função das necessidades humanas e da própria reprodução social. Os grupos sociais ao disputarem este espaço promovem e ambientam conflitos territoriais em decorrência dos recursos disponíveis serem finitos, e isso implica nas condições materiais da existência humana. Nesta linha reflexiva, o ecossistema amazônico tem uma dupla apreensão: patrimônio natural e patrimônio cultural. Ambos são sentidos e imaginados na concretude das manifestações sócio-históricas do território (COSTA, 2005; 2007). O primeiro representa a condição de bem-estar, o uso dos recursos, a afirmação da existência. O segundo é a afirmação da identidade, da memória viva, da tradição, dos costumes, das gerações que ensinam os saberes da terra. Contudo, os dois complementam-se, fundem-se na forma de apreensão da floresta viva, que alimenta, dá abrigo, produz qualidade de vida, marca a identidade e reproduz a vida.